



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Assembleia Nacional:

Secretaria-Geral.

Chefia do Governo:

Gabinete do Primeiro Ministro.

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério das Finanças e do Planeamento:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério das Infraestruturas, e Economia Marítima:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério do Turismo, Indústria e Energia:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Desportos:

Direcção dos Recursos Humanos.

Supremo Tribunal de Justiça:

Secretaria.

Conselho Superior da Magistratura Judicial:

Secretaria.

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas:

Conselho de Administração.

Município da Praia:

Câmara Municipal.

Município de Santa Catarina:

Câmara Municipal.

Município de Santa Cruz:

Câmara Municipal.

Município do Sal:

Câmara Municipal.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despachos de S. Ex.^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 22 de Julho de 2011:

João Cláudio Borges Pereira, técnico parlamentar de 1.^a classe, referência 14, escalão D, de nomeação definitiva do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, concedida licença sem vencimento de longa duração nos termos da alínea c) do artigo 45.º, conjugado com os artigos 50.º e 53.º, todos do Decreto n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 28 de Maio de 2011.

De 29:

José Domingos Furtado, redactor de primeira classe, referência 14, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de chefe de divisão de redacção e audiovisual, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2011.

De 5 de Agosto:

Ao abrigo do artigo 17.º do regulamento do estágio probatório de ingresso nas carreiras do pessoal técnico parlamentar da Assembleia Nacional, são nomeados definitivamente nos respectivos cargos os técnicos parlamentares de 2.^a classe, referência 13, escalão A, Evaristo Furtado Correia Barros, Maria do Céu Alves Borges Santos e Nuno Miguel Melo Furtado, com efeitos a partir de 20 de Julho de 2011.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 8 de Agosto de 2011. – O Secretário-Geral, *Adalberto de Oliveira Mendes*

—oço—

CHEFIA DO GOVERNO

Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho de S. Ex.^a o Primeiro Ministro:

De 25 de Julho de 2011:

ASSOCIAÇÃO JUVINIL ESPERANÇA E PAZ DE SÃO MIGUEL – reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 59/2005, de 19 de Setembro.

Gabinete do Primeiro Ministro, na Cidade da Praia, aos 25 de Julho de 2011. – O Director de Gabinete, *José Maria Gomes da Veiga*.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 36/2010, II Série, de 8 de Setembro, o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Pública, respeitante à aposentação da Bernardete de Sousa Levy Medina Cardoso, escriturária dactilógrafa referência 2, escalão D, do Ministério do Desenvolvimento Rural, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Por despacho de 17 de Junho de 2010, do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi autorizado o pedido de pagamento das quotas em atraso para efeito de compensação de aposentação, referente ao período de 33 anos, 4 meses 2 dias.

A dívida no montante de 431.918\$00 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e dezoito escudos), deverá ser amortizada em 500 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 782\$00 e as restantes no valor de 864\$00.

Deve ler-se:

Por despacho de 12 de Novembro de 2010, do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de rectificação de pagamento das quotas em atraso para efeito de compensação de aposentação, referente ao período de 8 anos, 4 meses e 1 dia.

A dívida no montante de 108.558\$00 (cento e oito mil, quinhentos e cinquenta e oito escudos), deverá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 621\$00 e as restantes no valor de 603\$00.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 29/2011, II Série, de 3 de Agosto, o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.^a o Secretário de Estado da Administração Pública, respeitante à aposentação do Basílio Faria Monteiro, ex-remador escaler da Direcção-Geral das Alfândegas, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, de 22 de Fevereiro de 2008, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 7 meses e 22 dias.

A dívida no montante de 80.064\$00 (oitenta mil e sessenta e quatro escudos), deverá ser amortizada em 192 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 285\$00 e as restantes no valor de 417\$00.

Deve ler-se:

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública, de 22 de Fevereiro de 2008, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 7 meses e 22 dias.

A dívida no montante de 80.064\$00 (oitenta mil e sessenta e quatro escudos), foi amortizado o valor de 32.394\$00, faltando por amortizar a quantia de 47.670\$00.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 3 de Agosto de 2011. – O Director-Geral, *Gerson Soares*.

—oço—

MINISTÉRO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex.^a o Ministra Adjunta e da Saúde:

De 27 de Julho de 2011:

Ana Cristina Gomes Conceição, enfermeira assistente, escalão IV, índice 160, do quadro do pessoal do Ministério da Saúde, concedidos 30 (trinta) dias de licença sem vencimento, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, a partir do dia 18 de Julho de 2011.

Despacho do Director do Hospital Dr. Baptista de Sousa por delegação do ex-Ministro de Estado e da Saúde:

De 28 de Junho de 2011:

Armanda Mendes da Silva, auxiliar administrativo, referência 2, escalão C, do quadro privativo do Hospital Dr. Baptista de Sousa, concedidos 30 (trinta) dias de licença sem vencimento, nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, a partir do dia 06 de Julho de 2011.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos, se comunicam que a técnica profissional de 1.º nível, referência 8, escalão D, do quadro do pessoal do Ministério da Saúde, Filomena da Costa Cruz Ramos, que se encontrava de licença de 30 (trinta) dias sem vencimento, desde 1 de Junho de 2011, retomou as suas funções no dia 1 de Julho de 2011.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, na Praia, 28 de Julho de 2011. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta, no *Boletim Oficial* nº 26 II Série de 13 de Julho, o despacho de finda comissão ordinária de serviço como chefe de Repartição de Finanças do Sal:

Onde se lê:

É dada por finda, a comissão ordinária de serviço, do técnico-adjunto de verificador tributário, referência 9, escalão E, do quadro privativo de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Imposto do Ministério das Finanças e do Planeamento, Bento Antão Lima de Oliveira, como chefe de Repartição de Finanças do Sal.

Deve se ler:

É dada por finda, a comissão ordinária de serviço, do técnico-adjunto de verificador tributário de segunda, referência 11, escalão E, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, do Ministério das Finanças e do Planeamento, Bento Antão Lima de Oliveira, como chefe de Repartição de Finanças do Sal.

Direcção-Geral do Planeamento do Ministério das Finanças, Praia, aos 8 de Agosto de 2011. – A Directora Geral, p.s. *Paula Ermelinda de Figueiredo Vieira*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA MARÍTIMA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despachos de S. Ex.^a o Ministro das Infraestruturas e Economia Marítima:

De 25 de Abril de 2011:

Lúcia Monteiro Fernandes, oficial administrativo, referência 8 escalão B do quadro da Direcção-Geral do Orçamento, Orçamento e Gestão, do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de secretaria do Ministro, nos termos do nº 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com a alínea b) do artigo 14º da Lei 102/IV/93 de 31 de Dezembro, é reconduzida no respectivo cargo, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2011.

Francisco Mendonça Varela, condutor auto-pesado, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções do condutor do Ministro nos termos do nº 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com a alínea b) do artigo 14º da Lei 102/IV/93 de 31 de Dezembro, é reconduzido no respectivo cargo, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2011.

Lúcia Rosário Sança Mota Gomes, técnica auxiliar, referência 5, escalão G do quadro da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de secretaria nos termos do nº 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com a alínea b) do artigo 14º da Lei 102/IV/93 de 31 de Dezembro, é reconduzida no respectivo cargo, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2011.

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.01. pessoal de quadro especial, do orçamento do Gabinete do Ministro. – (Isento de visto do Tribunal de Contas).

Despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado dos Recursos Marinheiros:

De 31 de Março de 2011:

Osvaldo Mendes Semedo, nomeado em comissão ordinária de serviço, para exercer as funções de condutor de S. Ex.^a o Secretário de Estado dos Recursos Marinheiros, ao abrigo do disposto nos nº 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeito a partir de 29 de Março de 2011.

Ana Lina Cardoso Freire, nomeada em comissão ordinária de serviço, para exercer as funções de secretária de S. Ex.^a o Secretário de Estado dos Recursos Marinheiros, ao abrigo do disposto nos nº 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeito a partir de 24 de Março de 2011.

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.01 – pessoal de quadro especial, do Gabinete do Secretário de Estado dos Recursos Marinheiros. – (Isento de visto do Tribunal de Contas).

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima, na Praia, aos 26 de Abril de 2011. – A Directora-Geral, *Édna Sequeira Bejarano*

—oço—

MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex.^a o Ministro do Turismo, Indústria e Energia:

De 26 de Maio de 2011:

É nomeada Domingas Mendes Fernandes Moreno Ramos, oficial principal, referência 9, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Indústria e Comércio, para em comissão ordinária de serviço exercer as funções de secretária da Director-Geral da Indústria e Comércio, nos termos do artigo 13º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, na Praia, aos 4 de Agosto de 2011. – A Directora, *Juliana Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Direcção dos Recursos Humanos

Despachos de S. Ex.^a o ex. Ministro da Educação e Desporto:

De 25 de Março de 2010:

Renato Jesus Tavares Delgado, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, nomeado definitivamente no quadro de

peçoal da Delegação do MED no concelho do Porto Novo, ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 19.º e alínea *b*) de n.º 1 II do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Maria Filomena Soares Correia, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, nomeada definitivamente no quadro de peçoal da Delegação do MED no concelho de São Miguel, ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 19.º e alínea *b*) de n.º 1 II do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 7 de Setembro:

Micilde de Jesus Ramos Semedo, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, nomeada definitivamente no quadro de peçoal da Delegação do MED no concelho de Santa Cruz, ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 19.º e alínea *b*) de n.º 1 II do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 14 de Dezembro:

Nos termos do n.º 2 do artigo 19.º e alínea *b*) de n.º 1 II do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados, definitivamente, no quadro das Delegações do MED abaixo indicados, os indivíduos a seguir discriminados, na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A:

Delegação da Brava

João António Andrade Coelho

Delegação do Paúl

Adelina da Cruz Fortes

Celestino Mendes Tavares, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, nomeado definitivamente no quadro de peçoal da Escola Secundária de São Miguel, ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 19.º e alínea *d*) de n.º 1 III do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 7 de Janeiro de 2011:

Nos termos do n.º 2 do artigo 19.º e alínea *b*) de n.º 1 II do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados, definitivamente, no quadro das Delegações do MED abaixo indicados, os indivíduos a seguir discriminados, na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A:

Delegação de São Domingos

1. Zilena Lopes Vieira
2. Ivandra Gonçalves Tavares

Delegação de Santa Cruz

Dulcelina Mendes Varela Monteiro

Delegação do Porto Novo

Maria Claret da Cruz Freitas

De 9 de Fevereiro:

Nos termos do n.º 2 do artigo 19.º e alínea *b*) de n.º 1 II do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados, definitivamente, no quadro das Delegações do MED abaixo indicados, os indivíduos a seguir discriminados, na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A:

Delegação de Santa Cruz

1. Viriato Lopes Tavares
2. Isa Maria Pereira da Moura
3. Lúcia Aline Gomes Gonçalves
4. Maria Celina Monteiro Varela Tavares
5. Luís Mendes Tavares

Delegação de São Miguel

1. Conceição Landim Nunes Tavares
2. Maria de Lourdes Mendes Tavares

Delegação de São Filipe

Maria Antónia Barbosa Fernandes

Delegação do Porto Novo

Sónia Maria Martins

Delegação da Praia

1. Dilce Helena dos Reis Almeida
2. Máguida Helena da Silva Mendes
3. Maria Júlia Pinto Gonçalves Gomes Carvalho Silva

De 14 de Março:

Nos termos do n.º 2 do artigo 19.º e alínea *b*) de n.º 1 II do artigo 39.º, ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados, definitivamente, no quadro das Delegações do MED abaixo indicados, os indivíduos a seguir discriminados, na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A:

Delegação de São Domingos

1. Sílvia Helena Furtado
2. Márcio Evandro Andrade Furtado Mendonça, Júnior
3. Aguinalda Cardoso Fernandes Rocha
4. Arlindo Barros Frederico
5. Ana Paula de Barros Sousa Correia
6. Nélida Francisca Fernandes Gonçalves

Delegação da Praia

1. Elsa Margarida Espírito Santo Correia Garcia Silva
2. Catarina Vieira Varela
3. José Socorro Lopes Gomes

Delegação de São Miguel

1. Hirondina Pereira Tavares
2. Ambrósio Sanches Furtado

Delegação de São Vicente

Benvindo Sousa Lamas

Delegação de São Filipe

1. Paulo António Teixeira Gomes de Pina
2. Ailton de Andrade Barbosa da Silva

Delegação de Santa Cruz

1. Luís Feliciano Ramos Vasconcelos
2. Jorge Manuel de Barros

Despachos de S: Ex.ª a Ministra da Educação e Desporto:

De 17 de Julho de 2011:

Péricles Oliveira Soares, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, do quadro do peçoal da Escola Secundária “Baltazar Lopes da Silva”, concedido licença sem vencimento até três anos, por um período de dois (2) anos, ao abrigo dos artigos 48.º a 49.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o disposto n.º 1 do artigo 68.º de Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2011/12.

Adalberto Elder Pires de Pina, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva da Delegação do MED do Mosteiros – Fogo, em licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Outubro de 2010, prorrogado a referida licença por mais um (1) ano, nos termos dos artigos 50º a 52º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o disposto nº 1 do artigo 68º de Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2011.

De 24:

Ao abrigo do disposto no artigo 16º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugado com alínea c) do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 36/96, de 23 de Setembro e n.º 4 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados, na carreira inspectores da educação, referência 13 escalão B, os senhores abaixo indicados, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2009:

1. Adriano Mendes Semedo;
2. Deolinda Suzete Lopes Martins;
3. Regina Santos Rocha;
4. Vicência dos Santos Nascimento Delgado.

Despachos de S. Ex.^a, o ex. Secretário de Estado da Educação:

De 28 de Julho de 2008:

António Ribeiro Silva, professor do ensino secundário, referência 8, escalão B, em exercícios de funções na Escola Técnica Grão Duque Henri – Santa Catarina – Santiago, atribuído a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo 2/2004 de 29 de Março.

De 30 de Dezembro de 2009:

Maria Alice Martins da Costa Mascarenhas, professora do ensino secundário adjunto, referência 7 escalão A, nomeada definitivamente no quadro de pessoal do Liceu Amílcar Cabral, ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 19º e alínea a) de n.º 1 III do artigo 39º., ambos do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.02 – pessoal do quadro do orçamento do MED (sem encargos financeiros adicionais).

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 11 II Série, de 16 de Março de 2011, o despacho de S. Ex.^a o Director-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, de 14 de Setembro de 2010, referente a reenquadramento de Gracelindo Lopes Sanches, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, da Delegação do MED de São Miguel, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...Gracelino Lopes Sanches ...

Deve Ler-se:

...Gracelindo Lopes Sanches ...

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 21 II Série, de 2 de Junho de 2011, o despacho de S. Ex.^a, o ex. Ministro da Educação e Desporto, de 7 de Janeiro de 2011, referente a nomeação definitiva de Inês do Rosário Varela Gonçalves, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, da delegação da Praia, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Delegação de São Domingos,...

Deve Ler-se:

... Delegação da Praia, ...

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 26 II Série, de 13 de Julho de 2011, o despacho de S. Ex.^a, o ex. Ministro de Educação e Desporto, de 9 de Fevereiro de 2011, referente a nomeação definitiva de Maria Celeste Chantre Gomes, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, da Delegação do MED do Porto Novo de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Delegação de Ribeira Grande ...

Deve Ler-se:

... Delegação do Porto Novo ...

Por ter sido publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* n.º 13, II Série de 31 de Março de 2010, o despacho de S. Ex.^a o ex. Secretário de Estado da Educação, por delegação de competências ministerial, de 29 de Janeiro de 2010, referentes as progressões do pessoal dirigente, de novo se publica na parte que interessa:

... Com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006.

Por ter sido publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* n.º 27, II Série de 7 de Julho de 2010, o despacho da S. Ex.^a ex. o Ministro da Educação e Desporto, de 6 de Abril de 2010, referente as progressões do pessoal dirigente, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Com efeitos em 2007...

Deve ler-se:

Com efeitos a partir de 01 de Abril de 2007.

Por ter sido publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* n.º 27, II Série de 7 de Julho de 2010, o despacho da S. Ex.^a o ex- Ministro da Educação e Desporto, de 9 de Abril de 2010, referente as progressões do pessoal dirigente, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Com efeitos em 2008...

Deve ler-se:

Com efeitos a partir de 01 de Abril de 2008.

Por ter sido publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* n.º 27, II Série de 7 de Julho de 2010, o despacho da S. Ex.^a o ex. Ministro da Educação e Desporto, de 9 de Abril de 2010, referente as progressões do pessoal dirigente, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Com efeitos em 2009...

Deve ler-se:

Com efeitos a partir de 01 de Abril de 2009.

Por ter sido publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* n.º 27, II Série de 7 de Julho de 2010, o despacho da S. Ex.^a o Director-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão no uso de competências delegadas, de 6 de Maio de 2010, referente as progressões do pessoal dirigente, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Com efeitos em 2007...

Deve ler-se:

Com efeitos a partir de 01 de Abril de 2007.

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Desporto, na Praia, aos 29 de Junho de 2011. – O Director, *Atânasio Tavares Monteiro*

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Secretaria

Despacho de S. Ex^a o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça:

De 1 de Agosto de 2011:

Paulo Jorge Santos Aires, licenciado e mestre em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessor do Núcleo de Apoio, Documentação e Informação Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça, nos termos conjugados dos art's 12º, n's 3, 4 e 5 da Lei nº 80/VI/05, de 5 de Setembro, e 14º ai. b) da Lei nº 102/IV/93, de 31/12, com efeito a partir da data deste despacho.

O encargo tem cabimento na verba inscrita na divisão 03- classificação económica 03.01.04.02 - "recrutamentos e nomeações", do Orçamento do Supremo Tribunal de Justiça.

Isento do visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no art.º 12º da Lei nº 80/VI/05, de 5 de Setembro, conjugado com nº 3 do art.º 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho.

Está conforme o original.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, na Praia, aos 2 de Agosto de 2011. – O Secretário, *Fernando Jorge Andrade Cardoso*

—o—

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Secretaria

Extracto da deliberações do Conselho Superior da Magistratura Judicial:

De 7 de Julho de 2011:

Afonso Delgado Lima, juiz de direito de 2ª classe, escalão A, índice 154, do quadro da Magistratura Judicial, é transferido, com a sua anuência, do Tribunal da Comarca do Porto Novo para o Tribunal da Comarca do Paúl.

Filomeno Rocha Afonso, juiz de direito de 3ª classe, escalão A, índice 140, do quadro da Magistratura Judicial, é colocado, finda a comissão eventual de serviço em que se encontrava, para exercer funções no Tribunal da Comarca dos Mosteiros.

De 19:

Evandro João Tancredo Rocha, juiz de direito de 3ª classe, escalão B, índice 146, do quadro da Magistratura Judicial, é colocado, finda a comissão eventual de serviço em que se encontrava, para exercer funções na vaga de juiz auxiliar do Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Santa Catarina;

Cláudia Ariana Silva Lopes, juiz de direito de 3ª classe, escalão A, índice 140, do quadro da Magistratura Judicial, é colocada, finda a comissão eventual de serviço em que se encontrava, para exercer funções no Tribunal da Comarca do Porto Novo.

As.) Arlindo Almeida Medina – Presidente.

Está conforme:

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Praia, aos 2 de Agosto de 2011. – O Secretário, *Boaventura Borges Semedo*.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Conselho Superior do Ministério Público

DELIBERAÇÃO Nº13/CSMP/2011

De 25 de Julho de 2011

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso das suas competências constitucionais e legais, delibera:

1. Considerando as razões familiares invocadas pelo interessado no requerimento e documentos juntos que se consideram integralmente reproduzidos para todos os efeitos;
2. Ao abrigo das disposições conjugadas dos art. 37º n.º 1. ai. c) da Lei nº 89/VIII/2011, de 14 de Fevereiro, 54º. n.º 1, 55º. n.º 1 e 56º todos da Lei nº 2/VIII/2011, de 20 de Junho, é transferido, a seu pedido, o Dr. Carlos Manuel de Pina Martins Furtado, Procurador da República na Procuradoria da Comarca de São Vicente para a Procuradoria da República da Comarca da Praia, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2011.
3. Notifique.

O Presidente, *Júlio César Martins Tavares*

DELIBERAÇÃO Nº15/CSMP/2011

De 29 de Julho de 2011

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso das suas competências constitucionais e legais;

Considerando que a falta de comparência às reuniões de coordenação por parte de alguns magistrados do Ministério Público da Procuradoria de Comarca da Praia tem, por um lado, reflectido negativamente no funcionamento do Ministério Público e na sua articulação com os órgãos de polícia criminal, concretamente com a Polícia Judiciária, e, por outro lado, dificultado a fixação de turnos de magistrados de modo a que o Ministério Público possa, com eficácia, responder às solicitações e urgências impostas pela Lei sobre Violência Baseada no Género (Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de Janeiro, VBG);

Considerando a necessidade de aumentar a capacidade de respostas do Ministério Público ao fenómeno criminal, principalmente nos grandes centros urbanos como a Praia e o Mindelo;

Considerando que o ambiente de conflito existente na Procuradoria de Comarca do Sal, entre os dois magistrados que ali exercem funções, provado por documentos enviados à Procuradoria-Geral da República, põe em causa o regular funcionamento do Ministério Público naquela comarca;

Tendo em conta que a Procuradoria de Comarca do Maio, em virtude do passamento do Dr. Belmiro Batalha Lopes, ficou sem titular;

Considerando as solicitações de intervenções do Ministério Público e número de magistrados que exercem funções nas Procuradorias de Comarca do Sal, São Filipe e Ribeira Grande;

Considerando o interesse público no normal funcionamento do Ministério Público, em todas as Procuradorias de Comarca, bem como no reforço da capacidade de resposta institucional ao fenómeno criminal, sobretudo na capital do país, onde existe maior número de pendência de processos-crime em fase de instrução;

Delibera, ao abrigo do disposto nos artigos 54º e 55º do EMMP e dos artigos 22º, n.º 2, alínea c), e 37º, n.º 1, alínea c), da LOMP, proceder à mobilidade dos magistrados do Ministério Público, nos seguintes termos;

a) Transferências

Dr. Manuel do Espírito Santo Semedo dos Reis, Procurador da República na Procuradoria de Comarca de Santa Cruz, transferido para a Procuradoria de Comarca da Praia;

Dr. Vital dos Santos Moeda Filho, Procurador da República na Procuradoria de Comarca de Santa Catarina, transferido, a seu pedido, para a Procuradoria de Comarca de São Vicente;

Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Andrade Nogueira, Procuradora da República na Procuradoria de Comarca de São Filipe, transferida para a Procuradoria de Comarca de Santa Cruz;

Dr. Manuel António Livramento da Lomba, Procurador da República na Procuradoria de Comarca do Sal, transferido para a Procuradoria de Comarca da Ribeira Grande;

Dr.^a. Maria Flora Lopes, Procuradora da República na Comarca de Ribeira

b) Colocações

Dr. Manuel Filipe Soares, Procurador da República na Comarca da Praia, colocado no Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento;

Dr. António Maria Martins Claret, Procurador da República no Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento, colocado na Procuradoria de Comarca da Praia;

Dr. António Pedro Lopes Borges, Procurador da República na Procuradoria de Comarca da Praia, colocado no Juízo de Família e Menores do Tribunal de Comarca da Praia, como Curador de Menores;

As transferências e as colocações ora efectuadas produzem efeitos a partir de 16 de Setembro de 2011.

Notifique e publique.

O Presidente, *Júlio César Martins Tavares*

—oço—

AUTORIDADE REGULADORA
DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 10/2011

De 1 de Agosto

Considerando o disposto no artigo 28º do Decreto-Lei nº 15/2008, de 8 de Maio, que aprova os estatutos da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, ARAP;

Tendo em conta o previsto no artigo 54º da Lei nº 20/VI/2003, de 21 de Abril, que define o regime jurídico das agências reguladoras;

São nomeados os representantes das seguintes instituições para integrarem o Conselho Consultivo da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas:

- a) Adriano Cruz, do Conselho Superior das Câmaras de Comercio, como representante do sector privado;
- b) António Pedro Silva, da Associação de Defesa dos Consumidores - ADECO como representante da sociedade civil;
- c) João Tolentino de Oliveira Ramos, da Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde, como representante da sociedade civil;
- d) Cristino Sanches, da Direcção-Geral do Património e Contratações Públicas—DGPCP, do Ministério das Finanças e Planeamento, como representante do sector público;
- e) Maria Odete Silva Lima Dias, da Inspeção-Geral das Obras Públicas e Particulares – IGOPP, do Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima, como representante do sector público;
- e) Francisco Fernandes Tavares, da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde—ANMCV, como representante do sector público.

As atribuições, o mandato e o subsídio de função, e demais normas são definidas no Estatuto do Conselho Consultivo.

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, na Cidade da Praia, aos 1 de Agosto de 2011. – O Conselho de Administração, *Carla Soares de Sousa* Presidente, *Carla Borges Bettencourt* Administrador.

—oço—

MUNICÍPIO DA PRAIA

Câmara Municipal

Despacho da S. Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal da Praia:

De 8 de Junho de 2011:

Osvaldina Levy Gomes da Costa Barros, funcionária do quadro da Câmara Municipal da Praia, habilitada com a formação

profissional de secretariado de nível III, reclassificada, para técnico profissional, referência 8, escalão A, nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 87/92 de 16 de Julho, conjugado com a alínea a) do artigo 26º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Ivete Rodrigues Moreno, funcionária do quadro da Câmara Municipal da Praia, habilitada com a formação profissional de secretariado de nível III, reclassificada, para técnico profissional, referência 8, escalão A, nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 87/92 de 16 de Julho, conjugado com a alínea a) do artigo 26º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Os encargos serão suportados pelo orçamento de funcionamento da Câmara Municipal da Praia, para o ano económico de 2011.

Câmara Municipal da Praia, aos 21 de Julho de 2011. – A Directora dos Recursos Humanos, *Leila Barros*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA
DE SANTIAGO

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina:

De 29 de Julho de 2011:

Manuel Moreira Fernandes, técnico superior, referencia 14, escalão C, definitivo de quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina, é concedido licença sem vencimento, por um período de 1 (um) ano, nos termos do artigo ns 48º do Decreto-Legislativo nº 3/2010, de 8 de Março, com efeito a partir de 1 de Agosto de 2011.

Câmara Municipal de Santa Catarina, na Cidade de Assomada, aos 13 de Julho de 2011. – O Director dos Recursos Humanos, *Orlando Pereira Furtado*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

Câmara Municipal

Deleberação

De 2 de Outubro de 2010:

Paula Alexandra Vieira de Pina, mestre em lusofonia e relações internacionais, nomeada ao abrigo dos artigos nº 1 e 13 da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, conjugado com os nºs 1 e 2, aliena c) do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, para exercer cargo de técnico superior, referência 13, escalão, B da Tabela salarial, na área da sua especialidade.

José Alves Mendes, licenciado em sociologia, nomeado ao abrigo dos artigos nº 1 e 13 da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, conjugado com os nºs 1 e 2, aliena c) do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, para exercer cargo de técnico superior, referência 13, escalão, A da Tabela salarial, na área da sua especialidade.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Maio de 2011).

Armindo Costa Semedo, licenciado em biologia, nomeado ao abrigo dos artigos nº 1 e 13 da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, conjugado com os nºs 1 e 2, aliena c) do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, para exercer cargo de técnico superior, referência 13, escalão, A da Tabela salarial, na área da sua especialidade.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Maio de 2011).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo: 03.01.01.03 do Orçamento vigente.

Câmara Municipal de Santa Cruz, aos 29 de Junho de 2011. – O Secretário Municipal, *António Maria Lopes Borges*.

MUNICÍPIO DO SAL

Câmara Municipal

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Sal:

De 5 de Abril de 2011:

Cláudia Samira Vieira de Brito, auxiliar de infância, nível I, contratada, nos termos conjugados dos artigos 92º, nº 2, alínea *d*) da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, do artigo 24º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, para exercer a categoria de técnico profissional, 2º nível, referência 7, escalão A, na Câmara Municipal do Sal, com efeito a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Rosineia Ribeiro Freire, auxiliar de infância, nível I, contratada, nos termos conjugados dos artigos 92º, nº 2, alínea *d*) da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, do artigo 24º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, para exercer a categoria de técnico profissional, 2º nível, referência 7, escalão A, na Câmara Municipal do Sal, com efeito a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Eunice Almeida Gomes, auxiliar de infância, nível I, contratada, nos termos conjugados dos artigos 92º, nº 2, alínea *d*) da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, do artigo 24º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, para exercer a categoria de técnico profissional, 2º nível, referência 7, escalão A, na Câmara Municipal do Sal, com efeito a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Maria Celeste Conceição do Rosário, técnica de acção educativa, Nível III, contratada, nos termos conjugados dos artigos 92º, nº 2, alínea *d*) da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, do artigo 24º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, para exercer a categoria de técnico

profissional, 2º nível, referência 7, escalão A, na Câmara Municipal do Sal, com efeito a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03,62,01.02., do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Junho de 2011)

De 28 de Junho:

Elessandra Isabel Monteiro Évora, assistente administrativo, referência 6, escalão B, habilitada com o curso de formação profissional de gestão e contabilidade, nível III reclassificada a técnico profissional, referência 8, escalão B, nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com a alínea *d*) do nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 54/2009 de 7 de Dezembro,

Maria Auxilia Gomes do Rosário, assistente administrativo, referência 6, escalão B, habilitada com o curso de formação profissional de gestão e contabilidade, nível III, reclassificada a técnico profissional, referência 8, escalão B, nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho conjugado com a *d*) do nº 3 do artigo 11º do Decreto Lei nº 54/2009 de 7 de Dezembro.

Ginilda Ribeiro Martins, assistente administrativo, referência 6, escalão B, habilitada com o curso de formação profissional de construção civil, nível I, reclassificada a técnico profissional, referência 7, escalão A, nos termos do artigo 34º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com a alínea *d*) do nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 54/2009 de 7 de Dezembro,

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03,62,01.02., do orçamento vigente. – Isentos do Visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 14º alínea *o*) da Lei 84/IV/93, de 12 de Julho.

Câmara Municipal do Sal, aos 29 de Junho de 2011. – O Secretário Municipal, *José Lournço Rosário Lopes*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 120\$00